

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A  
Diretoria e Quotistas da  
Guarupart Participações Ltda.  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Guarupart Participações Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Guarupart Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administração continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 29 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1

  
Victor Henrique Fortunato Ferreira  
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Balanços patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante:</b>		<b>76.371</b>	<b>89.683</b>	<b>4.995.017</b>	<b>3.605.646</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	26	19	2.975.449	1.580.089
Investimento de curto prazo	6	-	-	513.756	365.765
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	105.979	124.002
Contas a receber de clientes	8	-	-	324.347	234.647
Estoques		-	-	1.144	662
Impostos a recuperar	9a	8.035	7.779	86.692	71.797
Adiantamentos a fornecedores		4	4	9.737	19.449
Despesas antecipadas		-	30	7.030	6.986
Dividendos a receber - Partes relacionadas	10	67.720	81.264	17.387	16.878
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	-	1.105.358
Ativo financeiro da contratual	12	-	-	906.633	-
Outros ativos		586	587	46.863	80.013
		<b>2.355.532</b>	<b>2.120.417</b>	<b>9.753.083</b>	<b>7.991.974</b>
<b>Não circulante:</b>					
Títulos e valores mobiliários	7	57.302	57.302	62.294	62.005
Alienações de investimentos	11	57.220	57.220	57.220	57.220
Contas a receber de clientes	8	-	-	12.130	12.092
Impostos a recuperar	9a	-	-	32.172	33.961
Tributos e contribuições sociais diferidos	9b	-	-	10.063	13.443
Partes relacionadas	10	15	427	15	427
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	-	3.218.152
Ativo financeiro da contratual	12	-	-	4.624.825	-
Estoques		-	-	25.213	26.081
Cauções e depósitos judiciais		11.996	4.513	35.929	19.501
Outras contas a receber		3.220	3.220	30.598	32.509
Investimentos	13	2.222.736	1.994.661	427.888	339.533
Imobilizado	14	2.887	2.918	4.286.369	4.028.428
Intangível	15	156	156	148.367	148.622
<b>Ativo total</b>		<b>2.431.903</b>	<b>2.210.100</b>	<b>14.748.100</b>	<b>11.597.620</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

## Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante:</b>		<b>117.960</b>	<b>98.389</b>	<b>1.579.142</b>	<b>1.722.386</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	65.552	8.436	771.629	1.099.819
Fornecedores		3.223	4.141	296.415	145.740
Salários, férias e encargos sociais		-	-	20.633	19.763
Tributos e Contribuições Sociais Corrente e Diferido	17a	1.281	1.235	139.877	108.229
Adiantamentos de clientes		-	-	-	-
Dividendos a pagar		46.719	83.383	137.191	215.523
Provisões de constituição dos ativos	18	-	-	79.341	38.877
Provisões para gastos ambientais	19	-	-	23.400	15.228
Taxas regulamentares e setoriais	20	-	-	85.107	58.776
Provisão para contingências	21	-	-	1.071	77
Outras obrigações		1.185	1.194	24.478	20.354
<b>Não Circulante</b>		<b>22.080</b>	<b>84.296</b>	<b>6.838.049</b>	<b>4.235.610</b>
Empréstimos e financiamentos	16	-	60.105	5.697.193	3.731.893
Tributos e Contribuições Sociais Corrente	17a	-	-	1.485	2.132
Provisão para contingências	21	1.003	1.003	11.060	8.534
Adiantamento de clientes		-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	17b	97	116	932.704	435.267
Taxas regulamentares e setoriais	20	-	-	137.327	-
Partes relacionadas	10	20.980	23.072	20.980	23.072
Provisões de constituição dos ativos	18	-	-	6.678	6.677
Provisão para gastos ambientais	19	-	-	734	734
Outras contas a pagar		-	-	29.888	27.301
<b>Participação de acionistas não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.039.046</b>	<b>3.612.209</b>
<b>Patrimônio líquido:</b>		<b>2.291.863</b>	<b>2.027.415</b>	<b>2.291.863</b>	<b>2.027.415</b>
Capital social realizado	22	476.726	476.726	476.726	476.726
Gasto com emissão de ações reflexa		(38.123)	(38.123)	(38.123)	(38.123)
Reserva de capital	22	39.850	42.551	39.850	42.551
Reserva de lucros	22	1.801.639	1.541.563	1.801.639	1.541.563
Lucros Acumulados		-	-	-	-
Ajustes Acumulados de conversão		11.771	4.698	11.771	4.698
<b>Patrimônio líquido mais participação de acionistas não controladores</b>		<b>2.291.863</b>	<b>2.027.415</b>	<b>6.330.909</b>	<b>5.639.624</b>
<b>Passivo total</b>		<b>2.431.903</b>	<b>2.210.100</b>	<b>14.748.100</b>	<b>11.597.620</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

## Demonstrações do resultado e resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita operacional bruta:</b>					
Transmissão e geração de energia		-	-	1.498.183	1.107.940
Venda de Energia		-	-	586.417	591.108
Serviços prestados		-	-	-	-
<b>Receita operacional bruta:</b>	24	-	-	<b>2.084.600</b>	<b>1.699.048</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	24	-	-	<b>(201.691)</b>	<b>(160.857)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	24	-	-	<b>1.882.909</b>	<b>1.538.191</b>
<b>Custos operacionais</b>					
Custo dos serviços prestados		-	-	(160.498)	(161.034)
Custo dos produtos vendidos		-	-	-	-
Energia comprada para revenda		-	-	(90.649)	(112.426)
Custo de infraestrutura		-	-	(266.475)	(40.142)
Depreciação / Amortização		-	-	(96.171)	(93.479)
		-	-	<b>(613.793)</b>	<b>(407.081)</b>
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>1.269.116</b>	<b>1.131.110</b>
<b>Despesas (receitas) operacionais:</b>					
Administrativas e gerais		(4.518)	(5.583)	(93.817)	(73.275)
Depreciação /amortização		(31)	(34)	(5.612)	(6.013)
Honorários da Diretoria e Conselho de Adm.		-	-	(21.263)	(20.537)
Resultado da equivalência patrimonial	13	198.615	336.730	34.609	181.157
Outras receitas		15	42.024	7.122	53.028
Outras despesas		-	(40.043)	(1.620)	(40.604)
		194.081	333.094	(80.581)	93.756
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>194.081</b>	<b>333.094</b>	<b>1.188.535</b>	<b>1.224.866</b>
Despesas financeiras	23	(7.460)	(11.057)	(371.935)	(434.793)
Receitas financeiras	23	257	1.016	97.885	143.751
		<b>(7.203)</b>	<b>(10.041)</b>	<b>(274.050)</b>	<b>(291.042)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>186.878</b>	<b>323.053</b>	<b>914.485</b>	<b>933.824</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(89.475)	(33.204)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(85.957)	(50.792)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>186.878</b>	<b>323.053</b>	<b>739.053</b>	<b>849.828</b>
<b>Resultado atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores		186.878	323.053	186.878	323.053
Acionistas não controladores		-	-	552.175	526.775
		186.878	323.053	739.053	849.828
<b>Lucro líquido por lote mil quotas do capital final atribuído aos sócios da companhia - R\$</b>		<b>0,39</b>	<b>0,68</b>		
Quantidade de quotas do capital - lotes de mil		476.726	476.726		
<b>EBTIDA - LAJIDA</b>		<b>194.112</b>	<b>333.128</b>	<b>1.290.318</b>	<b>1.324.358</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Período de seis meses findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>										
	<u>Capital social</u>	<u>(-) Gastos com emissão de ações reflexa</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros a realizar</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Ajustes acumulados de conversão de balanço</u>	<u>Total Controladora</u>	<u>Ajustes de transações com partes relacionadas</u>	<u>Participação de acionistas não controladores</u>	<u>Total Consolidado</u>
<b>Saldos em 01 de dezembro de 2017</b>	<b>476.726</b>	<b>(22.136)</b>	<b>76.433</b>	<b>1.234.857</b>	<b>43.884</b>	<b>9.258</b>	<b>(180)</b>	<b>1.818.842</b>	<b>-</b>	<b>2.787.665</b>	<b>4.606.507</b>
Ajustes de saldo anterior			9.258			(9.258)		-			-
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa					(1.333)			(1.333)			(1.333)
Gastos com emissões de ações reflexa		(15.987)						(15.987)			(15.987)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira							4.878	4.878			4.878
Outros Ajustes						20		20		-	20
Dividendos Complementares aprovado em assembleia						(23.708)		(23.708)			(23.708)
Variação na participação dos acionistas não controladores									824.544		824.544
Lucro líquido do exercício						323.053		323.053			323.053
Reserva legal			9.654			(9.654)		-			-
Dividendos propostos						(78.350)		(78.350)			(78.350)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				211.361		(211.361)		-			-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>476.726</b>	<b>(38.123)</b>	<b>95.345</b>	<b>1.446.218</b>	<b>42.551</b>	<b>-</b>	<b>4.698</b>	<b>2.027.415</b>	<b>-</b>	<b>3.612.209</b>	<b>5.639.624</b>
Ajustes de lucros exercícios anteriores Reflexos em 01/01/2018- Adoção CPC 47			-			119.897		119.897			119.897
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa					(2.681)			(2.681)			(2.681)
Gastos com emissões de ações reflexa		-						-			-
Ajuste de conversão de moeda estrangeira							7.073	7.073			7.073
Ajuste de reserva para Reinvestimento					(20)						
Outros Ajustes								-			-
Dividendos Complementares aprovado em assembleia								-			-
Variação na participação dos acionistas não controladores									426.837		426.837
Lucro líquido do exercício						186.878		186.878			186.878
Reserva legal			-			-		-			-
Dividendos propostos						(46.719)		(46.719)			(46.719)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				260.056		(260.056)		-			-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>476.726</b>	<b>(38.123)</b>	<b>95.345</b>	<b>1.706.274</b>	<b>39.850</b>	<b>-</b>	<b>11.771</b>	<b>2.291.863</b>	<b>-</b>	<b>4.039.046</b>	<b>6.330.909</b>

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro líquido do exercício	186.878	323.053	739.053	849.828
Despesas (Receitas) que não afetam as disponibilidades				
Resultado de não controladores	-	-	(552.175)	(526.775)
Resultado da equivalência patrimonial	(198.615)	(178.950)	(34.609)	(23.377)
Depreciação e amortização	31	34	101.841	100.622
Valor residual das baixas do imobilizado	-	1.283	9.014	1.877
Valor residual das baixas de investimentos	-	31.956	-	-
Valor residual das baixas do intangível	-	-	10.404	2.473
Encargos de dívidas (inclui variações monetárias e cambiais líquidas)	6.617	10.696	421.046	378.685
Receitas financeiras	(930)	(1.011)	(60.094)	(113.324)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	(89.475)	(33.204)
Imposto Diferido	-	-	(85.957)	(50.792)
Provisão para Devedores duvidosos	-	8.077	-	8.077
Ganho por perda de participação em investimentos	-	(157.780)	-	-
Valor residual das baixas do intangível	-	-	-	-
Ajuste participação de minoritário	-	-	426.837	824.544
	<b>(6.019)</b>	<b>37.358</b>	<b>885.885</b>	<b>1.418.634</b>
<b>(Aumento) Diminuição de Ativos</b>				
Contas a receber de clientes	-	-	(89.738)	(29.283)
Contas a receber ativo financeiro	-	-	(1.088.051)	128.109
Estoques	-	-	386	(42)
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	3.380	1.856
Tributos e compensar	673	33	(12.177)	(416)
Adiantamentos a fornecedores	-	26	9.712	(9.836)
Investimento de curto prazo	-	-	(88.826)	(38.013)
Títulos e valores mobiliários	-	-	17.734	(23.605)
Outras contas a receber	-	(197)	35.061	49.951
Cauções e depósitos judiciais	(7.483)	(149)	(16.428)	(1.880)
Partes relacionadas	413	1.953	413	1.953
Dividendos	-	-	16.084	13.182
Despesas antecipadas	31	-	(44)	1.767
	<b>(6.366)</b>	<b>1.666</b>	<b>(1.212.494)</b>	<b>93.743</b>
<b>Aumento (Diminuição) de Passivos</b>				
Fornecedores	(918)	257	150.675	(24.646)
Salários, férias e encargos sociais	-	-	870	7.761
Contribuições e impostos a recolher	46	195	121.123	42.150
Imposto de renda diferido	1	-	582.747	17.922
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	163.658	(6.731)
Provisões de constituição dos ativos	-	-	40.465	(5.532)
Outras provisões	-	-	10.698	7.241
Dividendos a pagar	-	-	(41.668)	43.154
Partes relacionadas	(2.891)	(261)	(2.891)	(261)
Outras contas a pagar	(9)	17	7.705	2.566
	<b>(3.771)</b>	<b>208</b>	<b>1.033.382</b>	<b>83.624</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
	<b>(16.156)</b>	<b>39.232</b>	<b>706.773</b>	<b>1.596.001</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Investimento	-	-	(65.947)	(1.975)
Imobilizado	-	(1.273)	(363.938)	(311.300)
Intangível	-	-	(15.007)	(11.530)
Dividendos recebidos	108.353	78.320	-	-
	<b>108.353</b>	<b>77.047</b>	<b>(444.892)</b>	<b>(324.805)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Empréstimos tomados	-	65.000	3.023.180	1.037.346
Amortizações e pgts de empréstimos	(8.807)	(104.789)	(1.806.318)	(1.249.604)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	(125)
Gastos com emissões de ações reflexa	-	-	-	(15.987)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(83.383)	(76.490)	(83.383)	(76.490)
	<b>(92.190)</b>	<b>(116.279)</b>	<b>1.133.479</b>	<b>(304.860)</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES</b>				
	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>1.395.360</b>	<b>966.336</b>
Disponibilidades no início do exercício	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>1.580.089</b>	<b>613.753</b>
Disponibilidades no final do exercício	<b>26</b>	<b>19</b>	<b>2.975.449</b>	<b>1.580.089</b>
	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>1.395.360</b>	<b>966.336</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional

A Guarupart tem por objeto social a participação em outras sociedades, civil ou comercial, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia, acionista ou quotista bem como a gestão e a comercialização de bens próprios.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 29 de março de 2019.

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 34 de Instrumentos Financeiros.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros e contratuais da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças de estimativas as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

2.4. Moeda Funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.4.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.5. Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre a empresa controladora e as controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas a seguir e, portanto, realiza a consolidação integral das mesmas:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		31/12/2018	31/12/2017
<b>Participação direta:</b>			
Alupar Investimento S.A	Holding	51,35%	51,35%
<b>Participação indireta:</b>			
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Holding	100,00	100,00
Transminas Holding S.A.	Holding	70,02	70,02
Boa Vista Participações S.A.	Holding	-	80,00
Alupar Chile Inversiones SpA	Holding	100,00	100,00
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Geração	69,83	69,83
Ijuí Energia S.A.	Geração	86,66	86,66
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Geração	61,00	64,19
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Geração	68,83	68,83
Ferreira Gomes Energia S.A	Geração	100,00	100,00
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	Geração	51,00	51,00
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	Geração	0,34	0,34
Forquilha IV Energia S.A.	Geração	-	99,99
Verde 8 Energia S.A.	Geração	85,00	99,90
Agua Limpa S.A.	Geração	99,99	90,00
La Virgen S.A.C.	Geração	5,52	6,71
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	Transmissão	51,00	51,00
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	21,96	21,96
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	Transmissão	62,79	62,79
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	99,99	99,99
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Transmissão	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Transmissão	20,00	20,00
ACE Comercializadora Ltda.	Comercializadora	100,00	100,00
AF Energia S.A.	Serviços	100,00	99,99
Windepar Holding S.A.	Holding	100,00	100,00

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Continuação

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		31/12/2018	31/12/2017
<b>Controladas indiretas:</b>			
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	Transmissão	100,00	99,98
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	Transmissão	100,00	99,98
Alupar Colombia S.A.S	Holdings	100,00	100,00
Transmissora Caminho do Café S.A. (a)	Transmissão	51,00	51,00
Transmissora Paraíso De Energia S.A. (a)	Transmissão	51,00	51,00
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. (b)	Transmissão	51,00	51,00
Transmissoras Reunidas S.A.	Holdings	99,99	99,99
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.(i)	Transmissão	25,51	25,51
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (i)	Transmissão	40,01	40,01
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (i)	Transmissão	30,79	30,79
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	49,97
Companhia Transleste de Transmissão (ii)	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transirapé de Transmissão (ii)	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transudeste de Transmissão (ii)	Transmissão	28,71	28,71
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (iii) (i)	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão Serrana S.A. (iv)	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (vi)	Transmissão	50,02	99,90
La Virgen S.A.C. (v)	Geração	79,06	74,55
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vi)	Transmissão	9,04	9,04
Companhia Transleste de Transmissão (vi)	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transirapé de Transmissão (vi)	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transudeste de Transmissão (vi)	Transmissão	5,00	5,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (vii)	Transmissão	9,23	9,23
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vii)	Transmissão	19,01	19,01
Energia dos Ventos I S.A. (viii)	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos II S.A. (viii)	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos III S.A. (viii)	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos IV S.A. (viii)	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos X S.A.(viii)	Geração	100,00	100,00
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P. (ix)	Geração	99,62	99,62
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP (ix)	Transmissão	99,99	99,00
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (vii)	Transmissão	25,06	-

(i) Controladas diretamente pela EATE  
(ii) Controladas diretamente pela Transminas  
(iii) Controlada diretamente pela ETEP  
(iv) Controlada diretamente pela ECTE  
(v) Controlada diretamente pela Alupar Peru

(vi) Participação indireta via EATE  
(vii) Participação indireta via ENTE  
(viii) Participação indireta via Windepar  
(ix) Participação indireta via Alupar Colombia

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre

a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

### 3. Sumário das práticas contábeis

#### 3.1. Ativos financeiros

##### a) Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

O Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

##### b) Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A companhia e suas e controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas e controladas;

os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia suas coligadas e controladas considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas coligadas e controladas considera:

eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;  
termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;  
o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e  
os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

### 3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

### 3.1.2. Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários, títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados, estão classificados como a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

### 3.1.3. Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros ao custo amortizado. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

#### 3.1.4. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

A Companhia suas coligadas e controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

O Companhia suas coligadas e controladas mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia suas coligadas e controladas considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

#### Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro

possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia, suas coligadas e controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido a longa data com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

### 3.1.5. Contratos de concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Até 31 de dezembro de 2017 a infraestrutura de acordo com a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

A partir de 01 de janeiro de 2018 as controladas e coligadas do segmento de transmissão passaram a registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15) e CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

#### (a) Contas a receber de clientes.

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber de clientes", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo contratual da concessão

As controladas e coligadas do segmento de transmissão classificam dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15). O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,00% a.a. a 15,00% a.a.; e (ii) atualizado pelo pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "ativo contratual da concessão", como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com remuneração pela implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos na conta de "Outras obrigações" e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta "Taxas regulamentares e setoriais diferidas" no passivo circulante e não circulante.

### 3.2. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

### 3.3. Imobilizado

#### 3.3.1. Imobilizado de Geração e Transmissão

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa 14, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, a qual estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2018.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### 3.3.2. Imobilizado de Serviços

#### Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessária.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

#### Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 14. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2018.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### 3.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisadas no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (direito de exploração) e desenvolvimento de projetos

Referem-se ao direito de exploração decorrente dos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Além disso, para desenvolvimento destes e para os demais projetos a Companhia incorre em custos pré-operacionais inerentes ao processo de desenvolvimento de tais projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos - SPE's controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da administração.

### 3.5. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). Desse modo, as controladas relacionadas à transmissão de energia e geração de energia, foram analisadas isoladamente, de acordo com a sua geração de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de

um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

A Companhia avalia periodicamente se existem indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2018 considerando o custo total do ativo e seus contratos de fornecimento de energia a Companhia realizou o teste de recuperação do ativo imobilizado de sua controlada Ferreira Gomes Energia S.A. a qual possuía um ativo imobilizado no montante de R\$ 1.456.694 mil apresentado nas demonstrações contábeis.

Para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método do valor presente dos fluxos de caixa da operação esperados, utilizando uma taxa de desconto após os impostos (WACC) de 9,07% e os contratos de fornecimento até o final da concessão (Nov/2045). O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi maior que seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução do valor recuperável foi reconhecida.

### 3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como mais provável que não que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

#### 3.6.1. Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

### 3.6.2. Provisões para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

### 3.6.3. Provisões de constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas em obras a serem finalizadas, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

## 3.7. Passivos financeiros - classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia e suas controladas não apresentaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. As controladas operacionais e a Companhia apropriam os custos com empréstimos resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte dos custos do correspondente ativo.

Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSD.

### 3.7.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia e suas controladas liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### 3.8. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3.9. Tributação

#### 3.9.1. Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) - alíquota de acordo com o Estado aonde a energia é faturada.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

### 3.9.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

Atualmente, a Companhia, suas controladas e investidas estão sujeita as seguintes formas de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL):

- Lucro Presumido: Podem ser tributadas nesta forma todas aquelas empresas cuja receita bruta total (Considera-se como receita bruta total a receita bruta de vendas somada aos ganhos de capital e às demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade) tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000, no ano-calendário anterior, ou a R\$ 6.500 multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior (Lei n.º 10.637, de 2002, art. 46); e que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real em função da atividade exercida ou da sua constituição societária ou natureza jurídica. No caso das controladas e investidas que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável (8% do faturamento para IRPJ e 12% para CSLL). Este percentual deriva da presunção de uma margem de lucro para cada atividade (daí a expressão Lucro Presumido) e é predeterminado pela legislação tributária.
- Lucro Real - Lucro real é o lucro líquido do exercício de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada exercício de apuração com observância das leis comerciais. No caso da Companhia, das suas controladas e das suas investidas que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide diretamente sobre o lucro líquido contábil somado aos ajustes determinados pela legislação fiscal.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

### 3.9.3. Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia e suas controladas registram provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### 3.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

### 3.11. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

### 3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

### 3.13. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

### 3.14. Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos

sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

#### 3.14.1. Receita de transmissão de energia elétrica

Até 31 de dezembro de 2017, as controladas do segmento de transmissão classificavam a infraestrutura de transmissão como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração de infraestrutura de concessão com base na TIR de cada projet, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 01 de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito da contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de Contrato.

Segue um detalhamento sobre a composição das receitas:

##### Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. A receita é reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções iniciais do projeto, sobre o custo de construção.

##### Receita de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa efetiva de juros. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa e é reconhecida a partir da entrada em operação.

##### Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após a fase de construção. A receita é reconhecida a partir da disponibilidade da infraestrutura de transmissão, sendo calculada com uma margem, definida no projeto inicial, sobre o custo para operar e manter.

##### Parcela Variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)

A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como

incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. As duas situações são reconhecidas como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem. A Parcela de Ajuste - PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

#### 3.14.2. Receita de suprimento de energia elétrica

As controladas do segmento de geração reconhecem a receita de suprimento de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

#### 3.14.3. Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

### 3.15. Resultado por ação

As controladas efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto das controladas atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

### 3.16 Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Empresa de Pesquisa

### Energética (EPE), Reserva Global de Reversão (RGR) e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. As controladas da Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica taxas regulamentares e setoriais, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

O RGR é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da Receita Anual Permitida - RAP. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP.

### 3.17. Segmento de Negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Consequentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

### 3.18. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) - Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

### 3.19. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de

aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia e suas controladas mensuraram a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Para algumas investidas a Companhia e suas controladas adquirem o controle após a fase pré-operacional sem transferência de contraprestação. Este fato se dá em função de alguns direitos de veto de não controladores deixarem de ser relevantes no momento em que a empresa entra em operação.

#### 4. Pronunciamentos técnicos, interpretações e novas normas.

##### 4.1. Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia e suas investidas adotaram o CPC 48 /IFRS 9 Instrumentos Financeiros e o CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1 de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nessas demonstrações contábeis.

##### CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

###### (i) Classificação - Ativos financeiros

A nova norma determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

A Companhia e suas controladas nacionais interpretaram inicialmente o ativo financeiro relativo as contas a receber da concessão, como mensurável ao custo amortizado de acordo com o CPC 48 (IFRS 9), pois pretendem manter o ativo até o vencimento para receberem os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

A tabela a seguir e notas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2018.

	<b>Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39</b>	<b>Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9</b>	<b>Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39</b>	<b>Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 9</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	1.417.211	1.417.211
Investimento de Curto Prazo	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	260.699	260.699
Títulos e Valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	109.683	109.683
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	318.940	318.940
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>2.106.533</b>	<b>2.106.533</b>

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros

A nova norma substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Nos segmentos de geração, transmissão e comercialização a Administração não identificou impactos relevantes na adoção desta norma em PECLD (Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa), bem como na rubrica de contas a receber de clientes.

(iii) Contabilidade de hedge

A nova norma torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos. As novas regras não impactarão a Companhia e suas controladas devido à ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

CPC 47 /IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

A Companhia e suas controladas adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado, sendo assim os ajustes dos saldos contábeis foram registrados em lucros acumulados. Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável.

A Companhia e suas controladas avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.14.1, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pela nova norma, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o contas a receber de implementação da infraestrutura e outras remunerações do ativo da concessão, até então, classificado como ativo financeiro, e cujo saldo totalizava, em 1º de janeiro de 2018 R\$ 4.323.510, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 5.531.458. A diferença dos critérios de mensuração, líquido dos impostos no montante de R\$ 233.468 foi contabilizado diretamente em lucros acumulados.

4.1. Principais mudanças nas políticas contábeis

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual. As novas regras não impactarão a Companhia e suas controladas.

ICPC 22 - IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A Companhia está em processo de avaliação das incertezas e não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB já emitidas e que entrarão em vigor a partir do exercício financeiro de 2019 :

- IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto
- IFRS 17 - Contratos de Seguros

A Companhia está em processo de avaliação das incertezas e não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração média - % CDI		Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Bancos - Depósitos a vista			17	14	83.402	312.459
Fundos de investimento (*)	94,93%	97,84%	-	-	253.836	507.249
Certificados de depósitos bancários	0,00%	93,10%	-	-	2.161.923	550.803
Operações compromissadas	95,00%	90,00%	-	-	27.934	72.058
Outros fundos de investimento	91,48%	82,13%	-	-	406.900	129.390
Aplicações automáticas	20,00%	22,54%	9	5	41.454	8.130
			<u>26</u>	<u>19</u>	<u>2.975.449</u>	<u>1.580.089</u>

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que as aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e em aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, operações compromissadas e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo,

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

não ocorrendo, portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

6. Investimentos de curto prazo

Descrição da carteira	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Títulos federais - Letras financeiras do tesouro	558.613	380.589
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	-	27.450
Valores a pagar/receber	(23)	(21)
Disponibilidades	1	1
Outros cotistas	(44.835)	(42.254)
	<u>513.756</u>	<u>365.765</u>

Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo:

Refere-se ao Fundo Exclusivo FI - Energia, é composto substancialmente por títulos do Tesouro Brasileiro e certificados de depósitos bancários, e são mensurados ao valor justo por meio do resultado, e são remunerados em média por 95,00% do CDI em 31 de dezembro de 2018 e 90,00% do CDI em 31 de dezembro de 2017.

7. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira dos títulos mobiliários é assim como segue:

	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Circulante</u>				
Outros fundos de investimentos	85,00%	84,58%	95.780	113.985
Operações compromissadas	99,64%	100,80%	10.199	10.017
			<u>105.979</u>	<u>124.002</u>
<u>Não circulante</u>				
Outros fundos de investimentos	97,90%	95,68%	4.992	4.703
Debentures ( Principal)	100% cdi + Spread	100% cdi + Spread 4,10%aa	57.302	57.302
			<u>62.294</u>	<u>62.005</u>
			<u>168.273</u>	<u>186.007</u>

Os títulos e valores mobiliários são compostos por:

- i) Aplicações financeiras constituídas como contas reservas definidas nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos;
- ii) Aplicações financeiras destinadas ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira no qual está sujeito à aprovação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Duplicatas a receber de clientes	10.712	10.712	10.712	10.712
Contas a Receber - Sistema de Transmissão de Energia	-	-	124.078	126.751
Contas a Receber - Sistema de Geração de energia	-	-	212.399	119.988
	10.712	10.712	347.189	257.451
(-) Provisão para devedores duvidosos	(10.712)	(10.712)	(10.712)	(10.712)
	-	-	<b>336.477</b>	<b>246.739</b>
Circulante	-	-	324.347	234.647
Não circulante	-	-	12.130	12.092
	-	-	336.477	246.739

A Companhia tem como critério constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa para clientes em processo de concordata e para títulos vencidos acima de 360 dias, exceto para empresas públicas e governamentais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas nas contas a receber, avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

9. Impostos a recuperar

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas sofreram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos destes tributos estão assim distribuídos:

- a) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e outros tributos a compensar

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Impostos a recuperar				
Circulante				
IRRF	-	-	41.701	33.564
IRPJ/CSLL	-	-	20.069	28.005
PIS	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-
INSS	1.301	1.301	1.301	1.301
Saldo Negativo - IRPJ	6.734	6.478	6.734	6.478
ICMS	-	-	-	-
Outros	-	-	16.887	2.449
<b>Total circulante</b>	<b>8.035</b>	<b>7.779</b>	<b>86.692</b>	<b>71.797</b>
Não circulante				
COFINS	-	-	2.292	2.292
PIS	-	-	-	-
INSS	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro	-	-	6.651	7.123
Imposto de Renda	-	-	19.560	20.877
Outros	-	-	3.669	3.669
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>32.172</b>	<b>33.961</b>
<b>Total</b>	<b>8.035</b>	<b>7.779</b>	<b>118.864</b>	<b>105.758</b>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ Diferido	-	-	7.398	9.885
CSLL Diferido	-	-	2.665	3.558
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.063</b>	<b>13.443</b>



GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

De acordo com o contrato de compra e venda em 28/03/2014 foram vendidas 41.241.450 ações ordinárias e 102.482.950 preferenciais, por R\$ 56.000 milhões e o exercício da opção de venda e compra realizada em 30/07/2014 por R\$ 32.220mil. Deste valor foram recebidos R\$ 31 milhões, restando o saldo de R\$ 57.220 mil. Em 16/04/2015, foi assinado um aditivo contratual onde o vencimento das parcelas teriam uma carência de 36 meses.

12. Ativo contratual da concessão

Vide Nota explicativa 3.1.5

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Ativo financeiro da concessão	-	1.105.358
<b><u>Não circulante</u></b>		
Ativo financeiro da concessão	-	3.218.152
	<u>-</u>	<u>4.323.510</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Ativo financeiro da contratual	906.633	-
<b><u>Não circulante</u></b>		
Ativo financeiro da contratual	4.624.825	-
	<u>5.531.458</u>	<u>-</u>

13. Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Empresas coligadas e controladas	2.222.685	1.994.610	22	22
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto			419.989	331.674
Participação em outras empresas	51	51	51	51
Propriedades para investimentos	-	-	7.826	7.786
Total	<u>2.222.736</u>	<u>1.994.661</u>	<u>427.888</u>	<u>339.533</u>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Os investimentos em controladas e coligadas estão representados por:

	<b>Alupar</b>	<b>Outros</b>	
	<b>Investimento</b>	<b>Investimentos</b>	<b>Total</b>
	<b>S/A</b>		
Total de ações/quotas do capital social	879.111.269		
Total de ações/quotas da controladora	451.466.495		
% de participação	51,35%		
<b>Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>4.328.048</b>		
Outras movimentações patrimoniais:			
Lucro (prejuízo) do exercício	386.749		
	<u>386.749</u>		
Movimentação dos investimentos na controladora:			
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.994.588	22	1.994.610
Ajustes de exercício anterior	119.897	-	119.897
Dividendos	(94.809)	-	(94.809)
Constituição de reserva para Reinvestimento - Reflexa	(20)		(20)
Resultado de equivalência patrimonial	198.615	-	198.615
Ganho/Perda na conversão de balanço	7.073	-	7.073
Agio/Deságio em participações	(2.681)		(2.681)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>2.222.663</u></b>	<b><u>22</u></b>	<b><u>2.222.685</u></b>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

14. Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado são a seguinte

Imobilizado de serviços	Taxa média	Saldo em	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda	31/12/2018
	anual de						
<b>Custo</b>							
Terrenos		2.674	-	-	-	-	2.674
Edificações	5%	1.965	-	-	-	-	1.965
Veículos	5%-25%	895	-	-	-	-	895
<b>Total custo</b>		<b>5.534</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.534</b>
<b>Depreciação</b>							
Edificações	5%	(1.721)	(31)	-	-	-	(1.752)
Veículos	5%-25%	(895)	-	-	-	-	(895)
Móveis e utensílios	10%	-	-	-	-	-	-
<b>Total Depreciação</b>		<b>(2.616)</b>	<b>(31)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.647)</b>
<b>Total</b>		<b>2.918</b>	<b>(31)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.887</b>
<b>Imobilizado de Geração e Transmissão</b>		<b>Saldo em</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transf.</b>	<b>Ganho e perda</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Em serviço</b>		<b>31/12/2017</b>				<b>de balanços</b>	
<b>Custo</b>							
Terrenos		66.384	4.262	-	17.064	(189)	87.521
Reservatórios, Barragens e Aduaras		1.402.605	322	(5.017)	142.173	-	1.540.083
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		432.164	305	(1)	25.416	8.643	466.527
Máquinas e Equipamentos		1.676.932	3.741	(931)	78.095	3.286	1.761.123
Veículos		2.546	316	(154)	-	487	3.195
Móveis e Utensílios		6.596	155	-	84	477	7.312
Arrendamento Financeiro		-	-	-	-	-	-
<b>Total custo</b>		<b>3.587.227</b>	<b>9.101</b>	<b>(6.103)</b>	<b>262.832</b>	<b>12.704</b>	<b>3.865.761</b>
<b>Depreciação</b>							
Terrenos		-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Aduaras	2,04%	(139.433)	(31.788)	326	-	-	(170.895)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2,19%	(40.052)	(9.537)	-	-	(144)	(49.733)
Máquinas e Equipamentos	3,10%	(191.455)	(54.719)	67	-	(246)	(246.353)
Veículos	11,74%	(1.235)	(309)	95	-	(28)	(1.477)
Móveis e Utensílios	11,07%	(2.609)	(696)	7	-	24	(3.274)
<b>Total Depreciação</b>		<b>(374.784)</b>	<b>(97.049)</b>	<b>495</b>	<b>-</b>	<b>(394)</b>	<b>(471.732)</b>
<b>Total do Imobilizado de Geração e Transmissão em serviço</b>		<b>3.212.443</b>	<b>(87.948)</b>	<b>(5.608)</b>	<b>262.832</b>	<b>12.310</b>	<b>3.394.029</b>
<b>Em curso</b>		<b>813.067</b>	<b>292.415</b>	<b>(3.309)</b>	<b>(262.832)</b>	<b>50.112</b>	<b>889.453</b>
<b>Total da movimentação de geração e transmissão</b>		<b>4.025.510</b>	<b>204.467</b>	<b>(8.917)</b>	<b>-</b>	<b>62.422</b>	<b>4.283.482</b>
<b>Total do imobilizado consolidado</b>		<b>4.028.428</b>	<b>204.436</b>	<b>(8.917)</b>	<b>-</b>	<b>62.422</b>	<b>4.286.369</b>

Imobilizado em curso

a) Imobilizado em curso

-La Virgen: é uma pequena central hidrelétrica que terá a capacidade instalada de 84,0 MW e está em fase de construção. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo pertencente a essa obra em curso perfaz o montante de R\$ 631.206.

b) Capitalização de Encargos

A Companhia capitaliza, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures adquiridos para aquisição de imobilizado em formação. Os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 14.442 (R\$ 19.288 em 31 de dezembro de 2017), aos quais foram parcialmente compensados pelas receitas geradas das aplicações financeiras que excederam o caixa, sendo em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 2.526 (R\$ 1.826 em 31 de dezembro de 2017). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$ 11.916 (R\$ 17.462 em 31 de dezembro de 2017). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, vide nota explicativa nº 16.

c) Análise de recuperação do imobilizado (impairment), vide Nota Explicativa 3.5.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhora.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

15. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível consolidado é a seguinte:

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na conversão de balanço	31/12/2018
<b>Custos</b>						
Outros intangíveis de concessão	18.843	5.005	-	67	597	24.512
Uso do bem público	16.348	-	-	-	-	16.348
Intangível gerado na aquisição de ações	57.912	8.461	-	-	-	66.373
Outros intangíveis	272	-	-	-	-	272
	<b>93.375</b>	<b>13.466</b>	<b>-</b>	<b>67</b>	<b>597</b>	<b>107.505</b>
<b>Amortizações</b>						
Outros intangíveis de concessão	(10.313)	(2.239)	-	-	(247)	(12.799)
Uso do bem público	(3.317)	(522)	-	-	-	(3.839)
Intangível gerado na aquisição de ações	(11.571)	(2.097)	-	-	-	(13.668)
Outros intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<b>(25.201)</b>	<b>(4.858)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(247)</b>	<b>(30.306)</b>
Projeto em desenvolvimento	80.448	1.191	(10.404)	(67)	-	71.168
Total	<b>148.622</b>	<b>9.799</b>	<b>(10.404)</b>	<b>-</b>	<b>350</b>	<b>148.367</b>

a) Intangível gerado na aquisição de ações (Ágio decorrente da concessão)

Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração das concessões e estão sendo amortizados de forma linear durante o referido prazo. Os ágios registrados por suas controladas foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

**Composição do ágio**

	31/12/2018	31/12/2017
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.245	5.245
La Virgem S.A.C.	6.164	6.164
Energia dos Ventos I S.A. (**)	3.006	3.006
Energia dos Ventos II S.A. (**)	1.847	1.847
Energia dos Ventos III S.A. (**)	2.714	2.714
Energia dos Ventos IV S.A. (**)	3.924	3.924
Energia dos Ventos X S.A. (**)	2.420	2.420
Sistema de Transmissão Catarinense - STC	8.942	8.942
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica(*)	9.766	9.766
Companhia Transleste de Transmissão (*)	3.814	3.814
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	2.767	2.767
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	4.391	4.391
Empresa de Transmissão Baiana S.A.	6.680	-
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (***)	1.781	-
Outros	247	247
	<b>66.373</b>	<b>57.912</b>
Amortização de Ágio	(13.668)	(11.571)
	<b>52.705</b>	<b>46.341</b>

(\*) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas STC, Lumitrans, Transleste, Transudeste e Transirapé por parte da controlada EATE.

(\*\*) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X

b) Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia e suas controladas incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico - SPE's.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia e suas controladas. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais preparadas pela administração

c) Análise de recuperação do intangível (impairment)

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido encontradas informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

16. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas

O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Financiadores/ credores	Empresas	Vencimento	Encargos Financeiros		Circulante		Não Circulante			TOTAL GERAL 31/12/2018	
			Indexador	Juros a.a.(%)	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2018	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar		TOTAL 31/12/2018
Moeda nacional - R\$											
Nota Promissórias	Guarupart	jun/19	CDI + 2.5% a.a		65.552	-	65.552	-	-	-	65.552
Total Controladora					65.552	-	65.552	-	-	-	65.552
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	abr/26	TJLP	2,44	3.446	-	3.446	21.329	-	21.329	24.775
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	abr/26	TJLP	2,04	111	-	111	694	-	694	805
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	nov/28	TJLP	2,02	3.328	-	3.328	28.822	-	28.822	32.150
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	nov/23		3,50	4.468	-	4.468	17.383	-	17.383	21.851
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	abr/31	TJLP	2,34	15.395	(240)	15.155	168.018	(2.708)	165.310	180.465
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	abr/31	TJLP	2,34	6.094	-	6.094	66.500	-	66.500	72.594
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	abr/31	TJLP	2,34	688	-	688	7.502	-	7.502	8.190
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/22		2,5	24.800	-	24.800	74.114	-	74.114	98.914
BNDES - Subcrédito E - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	abr/31	TJLP	-	115	-	115	1.274	-	1.274	1.389
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	mar/27	TJLP	2,44	15.976	-	15.976	112.884	-	112.884	128.860
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	set/27	TJLP	3,17	13.656	-	13.656	102.763	-	102.763	116.419
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	abr/25	TJLP	1,93	9.691	-	9.691	50.724	-	50.724	60.415
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	abr/25	TJLP	2,22	1.316	-	1.316	6.889	-	6.889	8.205
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	jan/25	TJLP	1,93	9.833	-	9.833	49.095	-	49.095	58.928
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	jan/25	TJLP	2,22	2.154	-	2.154	10.752	-	10.752	12.906
BNDES	EDVI	out/32	TJLP	2,18	2.455	(25)	2.430	52.440	-	52.440	54.870
BNDES	EDV II	out/32	TJLP	2,18	1.385	(13)	1.372	29.601	-	29.601	30.973
BNDES	EDV III	out/32	TJLP	2,18	2.118	(19)	2.099	45.247	-	45.247	47.346
BNDES	EDV IV	out/32	TJLP	2,18	3.250	(24)	3.226	69.419	-	69.419	72.645
BNDES	EDVX	out/32	TJLP	2,18	1.776	(18)	1.758	37.940	-	37.940	39.698
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	jun/24	CDI	10,00	22.597	-	22.597	76.808	-	76.808	99.405
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	jul/20		4,50	133	-	133	77	-	77	210
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	jan/24		3,50	2.398	-	2.398	9.728	-	9.728	12.126
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	out/29	TJLP	3,50	567	-	567	4.174	-	4.174	4.741
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485	Transirapé	abr/21	TJLP	4,50	1.624	-	1.624	1.986	-	1.986	3.610
BNDES - Crédito automático Contrato 215.411	Transirapé	abr/26	TJLP	6,00	623	-	623	3.071	-	3.071	3.694
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	abr/25		9,50	2.542	-	2.542	12.716	-	12.716	15.258
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	abr/25		95,00	771	-	771	3.929	-	3.929	4.700
Subtotal					153.310	(339)	152.971	1.065.879	(2.708)	1.063.171	1.216.142
Total Consolidado - Moeda Nacional					218.862	- 339	218.523	1.065.879	(2.708)	1.063.171	1.281.694

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Financiadores/ credores	Empresas	Vencimento	Indexador	Juros a.a.(%)	31/12/2018			31/12/2018			TOTAL GERAL 31/12/2018
					Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL	
Santader - Contrato nº 2885	Alupar Peru	dez/21	Libor (*)	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Santander Brasil	Alupar Peru	dez/21	Libor (*)	-	-	-	67.895	-	67.895	67.895	67.895
Banco Itau ME	Alupar Peru	set/20	Libor	5,85	30.433	-	30.433	64.017	-	64.017	94.450
Reestructuracion largo plazo	Transleste	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	1.097	(326)	771	143.280	(1.668)	141.612	142.383
Subtotal					31.530	(326)	31.204	275.192	(1.668)	273.524	304.728
<b>Moeda estrangeira</b>											
Corporacion Andina de Fomento CAF	Pré Operacionais	mar/32	Libor (**)		6.977	-	6.977	179.863	-	179.863	186.840
Deg Deutsche Investitions	La Virgen	mar/32	Libor (**)	até 5 anos	4.887	-	4.887	107.797	-	107.797	112.684
Itau Coprbanca Colombia Prenda	Transmissora Colombiana	abr/21	Libor (**)		83	-	83	52	-	52	135
Itau Coprbanca Colombia Leasing	Transmissora Colombiana	jul/20			135	-	135	88	-	88	223
Santander Brasil- Capital de trabajo	Transmissora Colombiana	jul/20			927	-	927	38.802	-	38.802	39.729
Subtotal					13.009	-	13.009	326.602	-	326.602	339.611
Total consolidado - Moeda estrangeira					44.539	-	44.213	601.794	(1.668)	600.126	644.339

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Financiadores/ credores	Empresas	Vencimento	Encargos Financeiros		Circulante			Não Circulante			TOTAL GERAL 31/12/2018
			Indexador	Juros a.a.(%)	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2018	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2018	
<u>Debêntures: Operacionais</u>											
5ª Emissão	Alupar	mai/27	IPCA	7,80	24.271	(13)	24.258	352.509	(96)	352.413	376.671
6ª Emissão	Alupar	abr/21	IPCA	7,33	4.436	(1.231)	3.205	301.755	(1.641)	300.114	303.319
1ª emissão	Windepar	dez/28	IPCA	7,63	1.633	(517)	1.116	70.067	(4.708)	65.359	66.475
3ª Emissão	EATE	mar/19	CDI	1,15	20.899	(3)	20.896	-	-	-	20.896
4ª Emissão	EATE	ago/20	CDI	109,75	38.052	(14)	38.038	28.058	(3)	28.055	66.093
5ª Emissão - Série I	EATE	set/19	CDI	113,00	126.562	(51)	126.511	-	-	-	126.511
5ª Emissão - Série II	EATE	set/21	CDI	116,00	247	(21)	226	54.000	(35)	53.965	54.191
6ª Emissão	EATE	set/22	CDI	107,75	15.318	(134)	15.184	42.000	(157)	41.843	57.027
7ª Emissão	EATE	jun/23	CDI	112,00	18.615	(181)	18.434	64.908	(276)	64.632	83.066
3ª Emissão	ECTE	fev/20	CDI	2,15	36.463	(55)	36.408	1.988	(1)	1.987	38.395
4ª Emissão	ECTE	set/22	CDI	107,75	60	(143)	(83)	75.000	(223)	74.777	74.694
2ª Emissão	ENTE	ago/20	CDI	109,75	59.351	(22)	59.329	43.763	(5)	43.758	103.087
3ª Emissão - Série I	ENTE	set/19	CDI	113,00	28.125	(32)	28.093	-	-	-	28.093
3ª Emissão - Série II	ENTE	set/21	CDI	116,00	55	(14)	41	12.000	(22)	11.978	12.019
2ª Emissão	ETEP	ago/20	CDI	109,75	16.513	(11)	16.502	12.176	(3)	12.173	28.675
3ª Emissão	ETEP	jun/23	CDI	112,00	6.466	(108)	6.358	38.572	(169)	38.403	44.761
3ª Emissão	Ferreira Gomes	dez/27	IPCA	6,47	9.081	(1.319)	7.762	289.512	(10.554)	278.958	286.720
1ª Emissão	STN	ago/20	CDI	109,75	24.171	(68)	24.103	17.823	-	17.823	41.926
2ª Emissão	Transirapé	set/22	CDI	107,75	3.267	(50)	3.217	26.757	(137)	26.620	29.837
1ª Emissão	Transleste	ago/20	CDI	109,75	13.163	(56)	13.107	9.878	(33)	9.845	22.952
2ª Emissão	Transleste	jun/22	CDI	107,75	24	(51)	(27)	30.000	(141)	29.859	29.832
2ª Emissão	Transudeste	set/22	CDI	107,75	12.282	(73)	12.209	33.674	(198)	33.476	45.685
1ª Emissão	EBTE	jun/23	CDI	112,00	22.081	(226)	21.855	77.002	(346)	76.656	98.511
1ª Emissão	ETES	jun/23	CDI	112,00	8.030	(49)	7.981	28.000	(169)	27.831	35.812
1ª Emissão	ETVG	jun/23	CDI	112,00	7.628	(41)	7.587	26.600	(142)	26.458	34.045
<u>Debêntures: Pré-Operacionais</u>											
2ª Emissão	Verde 8	jul/25	IPCA	5,96	3.732	(470)	3.262	142.021	(2.626)	139.395	142.657
2ª Emissão - Série I	ETAP	set/23	CDI	112,00	793	(247)	546	41.300	(916)	40.384	40.930
2ª Emissão - Série II	ETAP	set/25	IPCA	6,17	2.731	(490)	2.241	114.700	(2.799)	111.901	114.142
2ª Emissão - Série I	ETC	set/23	CDI	113,50	597	(182)	415	30.700	(675)	30.025	30.440
2ª Emissão - Série II	ETC	set/25	IPCA	6,17	2.031	(361)	1.670	85.300	(2.061)	83.239	84.909
1ª Emissão	TCC	set/28	IPCA	6,53	8.614	(4.955)	3.659	681.669	(18.580)	663.089	666.748
1ª Emissão	TPE	set/28	IPCA	6,53	13.554	(7.776)	5.778	1.072.626	(29.161)	1.043.465	1.049.243
2ª Emissão	EDTE	set/28	IPCA	NTN-B+0,5%	243	(1.231)	(988)	315.000	(9.585)	305.415	304.427
<u>Total consolidado - Debêntures</u>					529.088	(20.195)	508.893	4.119.358	(85.462)	4.033.896	4.542.789
<u>Total de empréstimos e financiamentos</u>					792.489	(20.860)	771.629	5.787.031	(89.838)	5.697.193	6.468.822

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e investidas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2018, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e investidas.

As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e que são calculados anualmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado do empréstimo e financiamento.

Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas da controladora e das controladas foram atendidas.

Em 31 de dezembro de 2018 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$ 105.979 (R\$ 124.002 em 31 de dezembro de 2017).

## Debêntures

a) As principais características das debêntures são conforme segue:

A Administração da Companhia, suas controladas e investidas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debentures da controlada Ferreira Gomes S.A., o qual é exigido trimestralmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado das debentures. Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Companhia de acordo com as metodologias explícitas em seus contratos de suas controladas e investidas.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis.

### Notas Promissórias - Controladora

Em 13 de Junho de 2017, em reunião de Quotistas foi aprovada a 2ª emissão de Notas Promissórias pela Companhia, as informações resumidas da distribuição da emissão das Notas Promissórias foram publicadas no diário Oficial de 28/06/2017. Apresentamos a seguir as informações resumidas das principais características da emissão das Notas Promissórias:

Notas Promissórias		
•	Número da Emissão	2ª segunda
•	Valor total de emissão:	R\$ 65.000.000,00
•	Características das Notas Promissórias	Emissão de 65(sessenta e cinco) Notas Promissórias, sendo 8(oito) da 1ª séries e 57 da 2ª séries)
•	Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
•	Data de emissão:	27/06/2017
•	Destinação dos recursos:	Os recursos líquidos oriundos da captação será destinado ao pagamento de notas promissórias comerciais da 1 Emissão.
•	Condições de remuneração:	100% CDI , acrescida de 2,5% (dois inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração").
•	Prazo de vencimento:	As notas promissórias da 1ª série terá seu vencimento em <b>28 de Junho de 2018</b> , e as notas promissórias da 2ª série terá o vencimento em <b>28 de Junho de 2019</b> .
•	Garantia:	(i) alienação fiduciária de 25.120.773 (vinte e cinco milhões, cento e vinte mil e setecentos e setenta e tres) ações ordinárias de emissão da Alupar Investimentos de titularidade da Emissora ("Ações Ordinárias Alienadas"), sendo que o valor das Ações Ordinárias Alienadas deverá ser, nos termos do Contrato de Garantia, equivalente a, no mínimo, a 200% (duzentos por cento) do valor das Notas Promissórias acrescidas da Remuneração até a Data de Vencimento da 2ª série; e (ii) cessão fiduciária (a) de 100% (cem por cento) do fluxo de dividendos e juros sobre o capital próprio de titularidade da Emissora, decorrentes da totalidade de sua participação na Alupar, centralizados em uma conta vinculada aberta especificamente para esse fim e (b) da totalidade dos direitos detidos pela emissora sobre a Conta vinculada.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	<b>Consolidado</b>	
	<b><u>31/12/2018</u></b>	<b><u>31/12/2017</u></b>
2019	706.813	853.815
2020	716.359	875.201
2021	370.897	537.547
2022	447.503	303.594
2023	604.470	246.116
Após 2023	<u>2.851.151</u>	<u>915.620</u>
	<b><u>5.697.193</u></b>	<b><u>3.731.893</u></b>

17. Tributos e Contribuições sociais corrente e diferido

a) Tributos e Contribuições sociais correntes

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b><u>31/12/2018</u></b>	<b><u>31/12/2017</u></b>	<b><u>31/12/2018</u></b>	<b><u>31/12/2017</u></b>
<b><u>Circulante</u></b>				
IRRF	1.159	1.094	12.570	7.644
Provisão para Imposto de Renda	-	-	25.438	43.090
Provisão para Contrib. Social	-	-	26.934	28.116
PIS	7	5	4.156	3.475
COFINS	40	30	17.390	14.243
ICMS	-	-	5.611	6.312
INSS	-	16	3.631	3.105
ISS	52	52	1.254	1.267
Pis e Cofins Diferidos	-	-	41.672	-
Outros	23	38	1.221	977
	<u>1.281</u>	<u>1.235</u>	<u>139.877</u>	<u>108.229</u>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
Outros impostos	-	-	1.485	2.132
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.485</u>	<u>2.132</u>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

b) Tributos e Contribuições sociais diferidos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b><u>Não circulante</u></b>				
Cofins e Pis Diferidos	-	-	247.849	-
Imposto de renda diferido	72	87	444.211	271.973
Contribuição social diferido	25	29	240.644	163.294
	<u>97</u>	<u>116</u>	<u>932.704</u>	<u>435.267</u>

18. Provisões de Constituição de Ativos

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

A composição das provisões de constituição dos ativos é como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b><u>Controladas</u></b>		
Companhia Transleste de Transmissão	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	10.809	11.026
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.627	5.943
Foz do Rio Claro Energia S.A.	1.820	-
Energia dos Ventos I S.A.	83	277
Energia dos Ventos II S.A.	126	129
Energia dos Ventos III S.A.	354	172
Energia dos Ventos IV S.A.	1.414	363
Energia dos Ventos X S.A.	12.505	253
Ferreira Gomes Energia S.A	53.281	27.391
	<u>86.019</u>	<u>45.554</u>
Circulante	79.341	38.877
Não circulante	<u>6.678</u>	<u>6.677</u>
	<u>86.019</u>	<u>45.554</u>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

19. Provisão para gastos ambientais:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b><u>Controladas</u></b>		
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	-	30
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	9.950	9.251
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	714	664
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	44	41
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	69
Ijuí Energia S.A.	745	899
Energia dos Ventos X S.A	494	494
Ferreira Gomes Energia S.A	1.811	4.514
Ferreira Gomes Energia S.A	10.376	-
	<b>24.134</b>	<b>15.962</b>
Circulante	23.400	15.228
Não circulante	734	734
	<b>24.134</b>	<b>15.962</b>

A Companhia e suas controladas realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de UHE's e linhas de transmissão, e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado em curso. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

20. Taxas Regulamentares e Setoriais

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Taxa de fiscalização ANEEL - TFSEE	2.358	2.247
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	4.487	7.209
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	1.540	382
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	45.971	47.432
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	889	1.003
Ministério de minas e energia - MME	443	503
RGR e TFSEE diferido	166.746	-
<b>Total</b>	<b>222.434</b>	<b>58.776</b>
Circulante	85.107	58.776
Não circulante	137.327	-
	<b>222.434</b>	<b>58.776</b>

## 21. Provisões para contingências

As provisões constituídas para contingências e respectivo saldo de depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, por natureza, estão abaixo demonstrados:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Processos judiciais</b>				
Tributário	-	-	3.450	2.422
Cível	-	-	1.554	863
Fundiário	-	-	-	-
Trabalhista	1.003	1.003	6.124	5.326
<b>Total</b>	<b>1.003</b>	<b>1.003</b>	<b>11.128</b>	<b>8.611</b>
Circulante	-	-	1.071	77
Não circulante	1.003	1.003	11.060	8.534

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A Administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 2.000 para as demandas vinculadas a Companhia e R\$ 1.000 para as demandas vinculadas as empresas Controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota. O valor das causas possíveis na companhia é aproximadamente 16milhões.

## 22. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2018 o capital social é de R\$ 476.726, totalmente subscrito e integralizado, representado por 476.725.512 (Quatrocentos e setenta e seis milhões, setecentas e vinte e cinco mil, quinhentas e doze) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

A composição societária da Companhia em 31 de dezembro é a seguinte:

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

---

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade de Quotas</u>	<u>% participação</u>
Cime Administração e Participações S.A	476.725.511	100,00%
Outros Pessoa Física	1	0,00%
Total	<u>476.725.512</u>	<u>100,00%</u>

### Reserva de lucros

- Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos;
- Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

### Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, registrados por reflexo.

### Remuneração aos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

23. Resultado financeiro

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
- Receitas de aplicações financeiras	-	14	80.057	112.254
- Juros sobre contratos de mutuos	1	82	1	82
- Outras	256	920	17.827	31.415
<b>Total</b>	<b>257</b>	<b>1.016</b>	<b>97.885</b>	<b>143.751</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
- Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	5.818	9.698	138.595	186.180
Encargos s/debentures	-	-	190.124	230.642
- Variações cambiais	-	-	12.998	754
- Juros sobre contratos de mutuos	799	998	799	998
- IOF	-	-	-	-
- Outras	843	361	29.419	16.219
<b>Total</b>	<b>7.460</b>	<b>11.057</b>	<b>371.935</b>	<b>434.793</b>

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 24. Receita Operacional Líquida Consolidada

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
<b><u>Receita Bruta</u></b>		
Receita de transmissão de energia	175.865	113.560
Suprimento de energia	586.417	591.108
Remuneração do ativo financeiro da concessão	935.197	954.238
Receita de infra-estrutura	387.121	40.142
	<u>2.084.600</u>	<u>1.699.048</u>
<b><u>Deduções</u></b>		
Imposto sobre Serviços - IS	(387)	(374)
Pis	(16.845)	(18.432)
Cofins	(76.045)	(84.804)
Pis e Cofins Diferidos	(45.760)	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	(1.124)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(30.000)	(32.712)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(5.617)	(6.016)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(5.589)	(6.016)
Ministério de minas e energia - MME	(2.766)	(3.005)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(6.006)	(6.641)
Imposto sobre o valor agregado - IVA	(754)	(1.733)
TFSSE e RGR Diferido	(11.922)	-
	<u>(201.691)</u>	<u>(160.857)</u>
<b>Receita Operacional líquida</b>	<b><u>1.882.909</u></b>	<b><u>1.538.191</u></b>

### 25. Instrumentos Financeiros

#### 24.1. Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

#### 24.2. Valor Justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	Consolidado				Critério de avaliação	Classificação
	31/12/2018		31/12/2017			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	2.975.449	2.975.449	1.580.089	1.580.089	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	513.756	513.756	365.765	365.765	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	168.273	168.273	186.007	186.007	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	336.477	336.477	246.739	246.739	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo contratual da concessão	-	-	4.323.510	4.323.510	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos judiciais	35.929	35.929	19.501	19.501	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>4.029.884</u>	<u>4.029.884</u>	<u>6.721.611</u>	<u>6.721.611</u>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	296.415	296.415	145.740	85.644	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	1.926.033	1.926.033	2.319.217	1.796.923	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Debêntures	4.542.789	4.542.789	2.347.066	2.220.887	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>6.765.237</u>	<u>6.765.237</u>	<u>4.812.023</u>	<u>4.103.454</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

- (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.
- (ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro.

O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico [www.debentures.com.br](http://www.debentures.com.br) é próximo ao valor contábil.

### 24.3. Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas.

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$ 6.468.822, sendo que 11,93% desse valor (ou R\$ 771.729) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

24.4. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:

24.4.1. Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes das contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de clientes

A habilidade das nossas controladas de transmissão e geração de energia elétrica de receber os pagamentos devidos por seus consumidores depende da capacidade de crédito desses consumidores e da capacidade de cobrá-los.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em instituições financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

24.4.2. Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam aproximadamente o montante de R\$ 3.657.478 em bases consolidadas, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das

aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

#### 24.4.3. Riscos de mercado

##### a) Risco Hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provem, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as do Grupo Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com um dos objetivos de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

##### b) Risco de descontratação

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas das controladas de geração estão sendo vendidos para o ACR e ACL, estando, aproximadamente, 15% descontratada a partir de 2015 quando combinado com os recursos da comercializadora de energia controlada da Companhia.

Desde 2015, as receitas das controladas de geração estarão sujeitas também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro de nossas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Além disso, toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações de nossas controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades determinadas pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Além disso, caso seja interrompido as operações ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

#### 24.4.4. Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 9,96% do total da dívida consolidada (15,96% em 31 de dezembro de 2017).

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

#### 24.4.5. Risco de regulação

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no

ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### 24.4.6. Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e com estabelecimentos de limites de concentração.

#### 24.4.7. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

#### 24.4.8. Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, contratações de operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário.

## 26. Informações por Segmento

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas consistem na atividade de transmissão, geração de energia.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e suas controladas e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

Os custos e despesas operacionais estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Demonstração de resultado segregado por segmento em 31/12/2018

	Transmissão	Geração	Holding	Outros	Total
Receita operacional bruta	1.498.183	498.545	-	87.872	2.084.600
Receita de transmissão de energia	177.124	-	-	-	177.124
Receita de infraestrutura	387.121	-	-	-	387.121
Remuneração do ativo financeiro da concessão	933.938	-	-	-	933.938
Suprimento de energia	-	498.545	-	87.872	586.417
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(149.607)	(38.739)	-	(13.345)	(201.691)
Receita operacional líquida	1.348.576	459.806	-	74.527	1.882.909
Custo do serviço					
Energia comprada para revenda	-	(111.753)	-	(7.917)	(119.670)
Compensação financeira pela utilização de recursos hí	-	(10.646)	-	-	(10.646)
Custo dos serviços prestados	(86.352)	(61.806)	-	(12.340)	(160.498)
Custo de infraestrutura	(226.808)	-	-	-	(226.808)
Depreciação / Amortização	(4)	(96.138)	-	(29)	(96.171)
	(313.164)	(280.343)	-	(20.286)	(613.793)
Lucro bruto	1.035.412	179.463	-	54.241	1.269.116
Despesas e receitas operacionais					
Administrativas e gerais	(44.409)	(27.908)	(48.333)	(11)	(120.661)
Depreciação / Amortização	-	-	(31)	-	(31)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	34.609	-	34.609
Outras receitas	366	156	6.600	-	7.122
Outras despesas	(116)	-	(1.504)	-	(1.620)
	(44.159)	(27.752)	(8.659)	(11)	(80.581)
Lucro Antes do Resultado Financeiro	991.253	151.711	(8.659)	54.230	1.188.535
Despesas e receitas financeiras					
Despesas financeiras	(105.929)	(159.593)	(106.401)	(12)	(371.935)
Encargos de dívidas	(99.772)	(136.088)	(94.719)	-	(330.579)
Variações cambiais	1.028	(15.429)	(4.770)	-	(19.171)
Outras	(7.185)	(8.076)	(6.912)	(12)	(22.185)
Receitas financeiras	19.272	16.323	62.248	42	97.885
Receitas de aplicações financeiras	17.431	13.864	49.084	42	80.421
Outras	1.841	2.459	13.164	-	17.464
	(86.657)	(143.270)	(44.153)	30	(274.050)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição sc	904.596	8.441	(52.812)	54.260	914.485
IR e CSLL correntes	(72.972)	(15.905)	(598)	-	(89.475)
IR e CSLL diferidos	(79.573)	(6.384)	-	-	(85.957)
	(152.545)	(22.289)	(598)	-	(175.432)
Lucro líquido Consolidado	752.051	(13.848)	(53.410)	54.260	739.053
Participação de não controladores	(345.345)	(10.896)	(195.934)	-	(552.175)
Lucro líquido	406.706	(24.744)	(249.344)	54.260	186.878

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

---

### 27. Seguros

A Companhia e suas controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra sinistros sobre os bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

### 28. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

### 29. Evento relevante

- Controlada Alupar Investimentos S.A.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumentam de capital realizado pela Companhia após o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são conforme segue:

<b>Controlada Indireta</b>	<b>Data</b>	<b>Valor</b>
Apaete Participações em Transmissão S.A.	29/01/2018	1.209
Windepar Holding. S.A.	26/02/2019	6.011
Apaete Participações em Transmissão S.A.	19/01/2019	51
Alupar Colombia S.A	08/03/2019	1.421
Apaete Participações em Transmissão S.A.	21/03/2019	85
		<b>8.777</b>

### Compromissos

Em 31 de dezembro de 2018, as controladas em fase pre operacional mantem contratos de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de matérias para a construção dos respectivos empreendimentos, no montante de R\$ 572.300.

Em 31 de dezembro de 2018 a ETB possui 93% da sua demanda de alumínio contratada a preço fixo e as empresas TSM, TCC e TPE possuem cerca de 50% das toneladas de alumínio negociadas a preço fixo.

---

Cristiane dos Santos Barbosa  
CRC 1 SP 147507/O-1

---

José Luiz de Godoy Pereira  
Diretor